

Memorial Acadêmico

Rafael de Bivar Marquese.

São Paulo,

Agosto de 2002.

SUMÁRIO

Memorial

1. Formação	3
2. Publicações e participações em congressos	13
3. Atividades didáticas e de extensão	18

Documentos e anexos

1. Formação	21
2. Publicações e participações em congressos	23
3. Atividades didáticas e de extensão	26

Procurando contemplar os itens enumerados no edital para o concurso, dividi meu memorial em três partes. A primeira descreve minha formação acadêmica, da graduação ao doutorado. A segunda apresenta minhas publicações, as participações em congressos e meu projeto de pesquisa atual. Por fim, a terceira parte trata da experiência didática e das atividades de extensão. Em cada um desses itens, a exposição segue a ordem cronológica do que foi desenvolvido.

1. Formação.

Ingressei no curso de História da Universidade de São Paulo em 1990. A opção pelo curso foi algo subjetiva, derivada do gosto pela disciplina no Ensino Médio. Aos dezessete anos, não tinha idéia clara do que seria a Universidade, tampouco do campo de atuação de um historiador. As possibilidades e a riqueza do campo profissional foram aparecendo ao longo da graduação, na medida que adquiria gosto pelo estudo.

Neste sentido, foi decisiva a ação do professor Antonio Penalves Rocha. No final do segundo ano de graduação (novembro de 1991), após haver cursado as disciplinas História Moderna I e II, o professor Penalves colocou-se à minha disposição para orientar a realização de uma pesquisa de iniciação científica. O tema foi sugerido pelo próprio professor: um estudo sobre a administração das fazendas escravistas de café do Vale do Paraíba no século XIX.

Dediquei o primeiro semestre do ano seguinte (1992) à preparação do projeto de pesquisa, ao mesmo tempo em que iniciava meu trabalho como professor de História na Rede Estadual de Ensino. As leituras então realizadas conduziram a uma delimitação do objeto ligeiramente distinta do que havia proposto inicialmente o professor Penalves; a opção foi estudar a administração dos engenhos de açúcar na América portuguesa. Inspirando-me na leitura de um artigo do historiador Keith Aufhauser (“Slavery and Scientific Management”, *The Journal of Economic History*, 33 (4): 811-824, dezembro de 1973), pretendia comparar os métodos de gestão do trabalho assalariado propostos por Frederick Taylor na passagem do século XIX para o XX com os métodos de gestão do trabalho escravo utilizados nos engenhos brasileiros no período colonial. O objetivo da pesquisa, que se valeria das fontes históricas clássicas sobre a economia açucareira colonial (relatos impressos como os de Ambrósio Fernandes Brandão, Antonil, Luis dos Santos

Vilhena, José Caetano Gomes, dentre outros), era avaliar o caráter da administração dos engenhos de açúcar na América portuguesa.

Para tanto, solicitei à FAPESP, no segundo semestre de 1992, uma bolsa de iniciação científica. O desenvolvimento da pesquisa, já com financiamento, deu-se ao longo do meu último ano de graduação, em 1993. Como se poderá ler nos anexos, os pareceres foram bastante elogiosos. Algo muito proveitoso neste ano foi o curso ministrado no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História pelo professor Stuart Schwartz, que freqüentei como aluno-ouvinte.

O ingresso no programa de mestrado em História Econômica do Departamento de História da FFLCH/USP, sob orientação do professor Penalves, foi uma decorrência dos resultados da pesquisa de iniciação científica. Preparei o projeto de pesquisa nos primeiros meses de 1994, ao mesmo tempo em que concluía a licenciatura em História. Para o desenvolvimento do mestrado, resolvi ampliar o escopo da pesquisa de iniciação científica. Meu propósito, agora, era estudar as práticas de gestão das *plantations* escravistas brasileiras entre os séculos XVII e XIX, englobando, por conseguinte, tanto o norte açucareiro com o sul cafeeiro. O *corpus* documental assim como o propósito central da pesquisa permaneciam os mesmos: por meio da análise da documentação clássica sobre o escravismo brasileiro (relatos impressos escritos por cronistas, senhores de escravos e viajantes), examinar as aproximações e os distanciamentos entre os métodos escravistas de administração do trabalho e o taylorismo. A obtenção da bolsa de mestrado da FAPESP em agosto de 1994 coincidiu com o meu ingresso formal no programa de pós-graduação.

Entretanto, ainda no início do mestrado (janeiro de 1995), algumas leituras levaram-me a uma profunda revisão do projeto de pesquisa. Em primeiro lugar, cabe destacar o livro *As palavras e as coisas*, de Michel Foucault. Em sua análise “arqueológica” das *epistémês* modernas, Foucault demonstrou a inexistência, antes do final do século XVIII, do trabalho e da produção na ordem do saber. A leitura dessa obra suscitou o seguinte problema: como examinar, a partir de textos redigidos nos séculos XVII e XVIII, as práticas de administração do trabalho escravo, se a própria categoria *trabalho* esteve ausente do horizonte intelectual de seus autores?

O segundo texto que teve papel fundamental para a reavaliação dos rumos da pesquisa foi o livro de Keith Tribe, *Land, Labour and Economic Discourse* (Londres:

Routledge & Kegan Paul, 1978). Realizando sua investigação dentro do campo da história do pensamento econômico, Tribe discutiu as possibilidades de os conceitos de *terra* e *trabalho* se constituírem como categorias econômicas antes da segunda metade dos setecentos. A rigor, até esse momento, toda a vida “econômica” foi conceitualizada a partir da noção clássica da *oikonomia*, isto é, do governo da casa, na qual as noções de terra, trabalho e produção careciam de sentido analítico.

Com essas leituras, tornou-se claro o risco de anacronismo que havia na formulação original do projeto de mestrado, em especial o de atribuir aos autores coloniais uma racionalidade econômica que lhes era completamente estranha. Ademais, tornou-se igualmente evidente a impossibilidade de se analisar as práticas de gestão das *plantations* escravistas brasileiras a partir das fontes que havia selecionado.

Um caminho bem mais profícuo seria, então, redirecionar a pesquisa para o campo da história intelectual, examinando não as práticas de administração das *plantations* escravistas brasileiras, mas antes as idéias que foram elaboradas sobre o tema entre os séculos XVII e XIX, tais como expressas nos textos prescritivos coevos publicados sobre o assunto. Outras leituras, desta feita no plano metodológico, foram fundamentais para a reconfiguração da pesquisa, em especial o trabalho dos historiadores Quentin Skinner e John Pocock, que se notabilizaram pela proposição de um método contextualista para a história intelectual.

As questões básicas da pesquisa foram assim modificadas. Interessava-me, agora, identificar os temas que mais chamaram a atenção dos diversos autores coloniais e do século XIX que haviam escrito sobre a agricultura escravista brasileira; as categorias que haviam empregado para tratar desses temas; como haviam ordenado essas categorias para apreender a administração das propriedades rurais escravistas brasileiras; por fim, as continuidades e descontinuidades verificáveis em seus escritos, e as explicações possíveis para essas permanências e mudanças.

Os resultados finais da pesquisa demonstraram que, dentre os que escreveram sobre o tema da gestão da agricultura escravista brasileira entre os séculos XVII e XIX, o assunto que mais chamou a atenção foi o problema da administração do trabalho escravo. Os primeiros textos luso-brasileiros dedicados exclusivamente a esta questão apareceram no final do século XVII. A explicação para tanto reside nas condições vivenciadas pela

instituição do cativo no segundo século de colonização portuguesa da América. A consolidação da escravidão africana no litoral açucareiro da costa nordeste do Brasil veio acompanhada por uma série de manifestações de resistência do trabalhador cativo. Dentre elas, destacou-se a formação de comunidades quilombolas desde o início dos seiscentos, e que se avolumaram com as invasões holandesas, a mais notável das quais foi Palmares. Foi justamente o crescimento das tensões entre senhores e escravos na segunda metade do século XVII que motivou o surgimento dos primeiros textos redigidos na América portuguesa sobre a administração da mão-de-obra escrava. Algo notável foi o fato de os senhores luso-brasileiros nunca terem escrito sobre o assunto. Apenas os jesuítas o fizeram, o que se torna inteligível por dois motivos: primeiro, a noção arraigada entre os proprietários luso-brasileiros de que o conhecimento acerca do governo dos escravos só poderia ser adquirido com a prática; segundo, a combinação entre coesão intelectual dos inicianos e a existência de um projeto missionário comum a toda a Companhia de Jesus. Desde suas primeiras ações no território brasileiro, os jesuítas defenderam um projeto amplo e articulado de cristianização da população colonial. Quando os inicianos passaram a refletir sobre o tema da administração da mão-de-obra escrava concentrada nos engenhos de açúcar brasileiros, o seu projeto missionário fez-se sentir com toda a intensidade. As lentes utilizadas pelos jesuítas para cuidar do tema do governo dos cativos tinha uma dupla raiz, as convenções clássicas da literatura sobre a *oikonomia* e o discurso bíblico das obrigações recíprocas entre senhores e escravos. Valendo-se dessas duas tradições intelectuais, seus escritos procuraram traçar medidas que possibilitassem a atenuação das tensões entre senhores e escravos e o redimensionamento do poder senhorial, que deveria ser pautado segundo princípios cristãos. A preocupação com o aumento da produtividade do trabalho escravo, portanto, fugia completamente ao horizonte intelectual de autores como Benci e Antonil.

A passagem do século XVIII para o XIX trouxe rupturas significativas com os padrões vigentes no período anterior. Os senhores rurais escravistas brasileiros, no entanto, novamente pouco se importaram em escrever sobre o assunto. Excetuando-se o caso de Manuel de Arruda Câmara, nenhum proprietário rural prescreveu normas sobre como administrar as *plantations* escravistas. Seriam antes os intelectuais luso-brasileiros não vinculados diretamente à gestão das unidades produtivas escravistas brasileiras que iriam

escrever sobre o gerenciamento dessas propriedades rurais. De forma semelhante ao que havia ocorrido com os jesuítas, o grupo de autores da passagem do século XVIII para o XIX portou notável coesão intelectual, configurada agora nos marcos do pensamento da Ilustração europeia. Por essa razão, nos textos produzidos pelos autores da Ilustração luso-brasileira o tema da administração do trabalho escravo não foi mais abordado segundo as convenções intelectuais da literatura clássica sobre a *oikonomia*, mas sim conforme o instrumental da economia política. Além do mais, um outro elemento entrou na ordem de considerações dos que escreveram sobre o assunto na transição dos setecentos para os oitocentos: o problema da rebelião escrava mudou de configuração com os acontecimentos ocorridos em São Domingos após 1791. Para debelar as tensões entre senhores e escravos, os ilustrados recuperaram muitas das prescrições traçadas pelos jesuítas da passagem do século XVII para o XVIII. Todavia, como essa recuperação se deu sob novas convenções intelectuais, um novo sentido – diverso do que constava nos textos jesuíticos – foi dado às propostas elencadas pelos ilustrados. A preocupação central dos escritos do final dos setecentos e do início dos oitocentos voltou-se não só para o problema da indisciplina escrava, mas sobretudo para o aumento da rentabilidade das *plantations* escravistas.

Os textos sobre a administração do trabalho escravo redigidos entre 1830 e 1860 valeram-se das mesmas convenções intelectuais empregadas pelos autores da Ilustração luso-brasileira, vale dizer, do instrumental da economia política, além do conteúdo básico das propostas elaboradas no século XIX ter seguido de perto o que já havia sido prescrito pelos ilustrados. A grande diferença entre esses dois conjuntos de textos encontra-se no fato de os escritos do século XIX terem sido muito mais sistemáticos no tratamento do tema da administração da força de trabalho escrava, e no fato de que os próprios fazendeiros passaram a se ocupar do problema. Não por acaso, a circulação dos manuais de fazendeiro do século XIX foi muito maior do que a obtida pelos escritos dos ilustrados ou mesmo dos jesuítas. A mudança de atitude ocorrida entre 1830 e 1860 se explica pela situação do escravismo no Brasil imperial. Em primeiro lugar, desde o início do século XIX a instituição do cativo encontrava-se na defensiva em praticamente todo o hemisfério ocidental; em segundo, o fim iminente do tráfico internacional de escravos entre a África e o Brasil levantava o problema de como garantir o crescimento da força de trabalho escrava empregada nas propriedades rurais brasileiras, numa conjuntura na qual essa produção

escravista voltava-se cada vez mais para o abastecimento de um mercado industrial de massa; em terceiro lugar, o crescimento do número de revoltas escravas no Brasil a partir de 1830 – portanto no contexto de um Estado nacional recém-instituído – alarmava em muito as autoridades e senhores escravistas, receosos de que a má gestão dos escravos pudesse aumentar ainda mais as tensões entre proprietários e cativos. Diante desses problemas, os manuais de fazendeiro do século XIX procuraram prescrever mecanismos que facultassem o controle da indisciplina escrava, e que possibilitassem a reprodução da mão-de-obra cativa.

Defendida em abril de 1997, com banca composta pelos professores Antonio Penalves Rocha (orientador), Ilana Blaj e Robert Slenes, a dissertação obteve nota 10,0 (dez), com Distinção e Louvor. Resultados parciais do primeiro (“A lavra do açúcar e o governo da casa: Antonil revisado”, *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica*. Niterói: UFF–ABPHE, 1997, v.III, pp.285-299) e terceiro capítulos (“A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847”, *Revista de História*, USP, 137: 95-111, 2º semestre de 1997) foram publicados ainda no ano de sua defesa, sendo que o trabalho completo veio a lume dois anos depois, com o título *Administração & Escravidão. Idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira* (São Paulo: Hucitec-Fapesp, 1999).

Os comentários da banca examinadora confirmaram-me o ineditismo da pesquisa. De fato, não são muitos os estudos que analisam o escravismo brasileiro na longa duração; a escolha de um tema circunscrito para pesquisa, com uma documentação bem delimitada, permitiu isso. Ademais, poucos são os estudos que tratam da história das idéias sobre a escravidão brasileira (para uma avaliação de meu mestrado que o insere no campo da historiografia sobre a escravidão brasileira, ver o ensaio de Stuart Schwartz que abre seu livro *Escravos, roceiros e rebeldes*, trad.port, Bauru, Edusc, 1999, em especial o tópico “A pesquisa da escravidão após o centenário da Abolição”, pp.48-57).

Dada a convicção de que valeria explorar mais o assunto, duas opções me eram possíveis para a continuidade da pesquisa, agora no nível de doutorado. A primeira seria analisar as práticas de gestão das *plantations* escravistas na América portuguesa e no Império do Brasil, valendo-me para tanto de um outro tipo de documentação, como inventários, correspondência e contabilidades privadas, processos-crime, etc. A segunda

possibilidade seria a ampliação espacial do objeto do mestrado, examinando as idéias sobre a administração escravista nas Américas, com o emprego de documentação análoga a que já havia utilizado para o estudo do caso brasileiro.

A escolha pelo segundo caminho resultou da leitura da historiografia sobre a escravidão nas Américas. De início, constatei, na bibliografia internacional sobre o assunto, a inexistência de trabalhos que tratassem do tema. É certo que se pode identificar duas linhas historiográficas que examinam as práticas de administração das *plantations* escravistas do Novo Mundo (a cliometria e a história social do trabalho escravo), mas definitivamente não há estudos das idéias sobre o assunto. Ao mesmo tempo, pude perceber a riqueza dos trabalhos que tratam a escravidão moderna como uma instituição atlântica. Há uma longa tradição de trabalhos comparativos sobre a escravidão nas Américas, que data da primeira metade do século XX. Basta lembrar a chamada “escola Tannenbaum”, que se notabilizou por contrapor os sistemas escravistas “protestantes” e “anglo-saxões” aos “católicos” e “ibéricos”. A partir dos anos sessenta e setenta, entretanto, começaram a aparecer estudos bem mais fecundos, como os de David Brion Davis, Sidney Mintz e Philip Curtin, que encaravam a escravidão como uma instituição atlântica, sem se preocupar demasiadamente com os marcos dos Estados nacionais. Nos anos oitenta e noventa, avolumou-se esta tendência, com as publicações de Stanley Engerman, Seymour Drescher, David Eltis, John Thornton, Robin Blackburn, dentre outros. Tudo isso representou enorme avanço no campo dos estudos sobre a escravidão moderna, pois permitiu entender a instituição em sua escala hemisférica.

O tema que havia estudado no mestrado, haja vista seu caráter monográfico e a natureza das fontes com as quais trabalhara, permitiria adotar uma perspectiva “atlântica” no doutorado. Assim procedendo, acreditava que seria possível compreender melhor o sistema escravista brasileiro, ao analisá-lo em um quadro internacional, comparando-o com os demais sistemas escravistas americanos. Ao mesmo tempo, continuaria a trabalhar no campo da história intelectual da escravidão.

Feitas essas escolhas, preparei o projeto de doutorado. A pesquisa iria tratar das idéias sobre a administração das *plantations* escravistas nas Américas elaboradas entre os séculos XVII e XIX, lidando, portanto, com dois séculos da vigência da escravidão negra em diferentes espaços do Novo Mundo: Brasil entre a segunda metade do século XVII e a

década de 1860, Caribe inglês e francês entre a segunda metade do século XVII e fins do século XVIII, Sul dos Estados Unidos e Cuba entre a segunda metade do século XVIII e a década de 1860. O corte inicial da pesquisa se explicava pelo fato de as primeiras reflexões sobre a administração das *plantations* escravistas do Novo Mundo terem sido impressas somente na segunda metade dos seiscentos; o corte final, pela derrocada no escravismo no Sul dos Estados Unidos, que, ao representar a queda da maior sociedade escravista do continente americano, teve impacto decisivo na determinação do fim da escravidão nas demais regiões das Américas (Cuba e Brasil) que mantinham o emprego do braço cativo. O *corpus* documental da pesquisa, por sua vez, seria formado por textos impressos coevos que trataram do tema da administração das *plantations* escravistas americanas e que prescreveram normas para o assunto: tratados morais e de história natural, memórias econômicas, artigos e manuais agrônômicos redigidos por letrados, autoridades coloniais e proprietários rurais, publicados tanto na Europa como no Novo Mundo.

Tal como havia ocorrido no mestrado, o início da bolsa de doutorado da FAPESP, em agosto de 1997, coincidiu com o meu ingresso formal no programa de pós-graduação em História Econômica da FFLCH/USP. Ao longo da pesquisa, realizei três viagens ao exterior para coleta de documentação: a primeira, em fevereiro de 1998, custeada com recursos próprios, para a Biblioteca do Congresso norte-americano, em Washington, D.C.; a segunda, em junho e julho de 1999, financiada pela FAPESP, para a Biblioteca Nacional José Martí, em Havana, Cuba; a terceira, em janeiro-fevereiro de 2001, novamente para a Biblioteca do Congresso norte-americano, em Washington, D.C., desta feita custeada com recursos da FAPESP.

Ao longo da pesquisa de doutorado, constatei a necessidade de circunscrever o objeto. De acordo com o projeto original, pretendia analisar as idéias sobre a gestão das *plantations* escravistas americanas elaboradas entre os séculos XVII e XIX, isto é, as atitudes intelectuais dos autores coevos frente aos escravos e aos demais fatores de produção das propriedades rurais escravistas (terras e técnicas produtivas). Entretanto, em vista do prazo para a realização do doutorado, resolvi me limitar ao estudo das idéias sobre a administração dos escravos. Toda a discussão sobre técnicas produtivas, portanto, foi deixada para uma investigação posterior. De todo modo, o primeiro relatório de pesquisa que apresentei à FAPESP – e que não incorporei à tese – foi publicado na forma de artigo

(“Inovações técnicas e atitudes intelectuais na literatura açucareira francesa e luso-brasileira da primeira metade do século XVIII”, *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*, Nova Série, 5: 131-161, 1997). Nele, comparei as atitudes de Antonil e Jean Baptiste Labat frente às inovações técnicas dos engenhos de açúcar da passagem do século XVII para o XVIII. Desenvolvi essa problemática ainda em outro texto, apresentado na Academia de Letras da Bahia em outubro de 1999 (“Agronomia e técnicas açucareiras: Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX”, Waldir Freitas Oliveira (org.), *Brasil 500 anos. Encontros na Bahia*, Salvador, Conselho Estadual de Cultura, 2000, pp.71-94), no qual comparei as atitudes dos senhores luso-brasileiros e hispano-cubanos frente às inovações técnicas da produção açucareira entre fins do século XVIII e meados do XIX.

Dividi a tese de doutorado em três partes, que contêm oito capítulos. A primeira parte, composta por um capítulo, examinou a teoria cristã seiscentista do governo dos escravos, tal como apresentada nos tratados morais e de história natural redigidos por missionários europeus no Novo Mundo (jesuítas, dominicanos, anglicanos). Calcada nas convenções intelectuais da literatura grega sobre a *oikonomia*, dos tratados romanos de agricultura e do discurso bíblico das obrigações recíprocas, essa teoria cuidou basicamente do poder do senhor rural sobre seus escravos, encontrando sua mais completa sistematização nos textos dos jesuítas Jorge Benci e João Antônio Andreoni, e, em menor grau, nos livros de Jean Baptiste Du Tertre (dominicano francês) e Morgan Godwyn (ministro anglicano).

A segunda parte da tese, composta por quatro capítulos, tratou das idéias sobre o governo dos escravos elaboradas nas Américas entre a segunda metade do século XVIII e o início do XIX, dentro dos quadros mentais inaugurados pela Ilustração. O capítulo dois analisou as mudanças ocorridas a partir de meados do século XVIII nas convenções intelectuais disponíveis para tratar da administração dos escravos e as tensões políticas, sociais e econômicas do sistema escravista caribenho nesse mesmo período; o capítulo analisou ainda o processo de formação – nas Antilhas inglesas e francesas – de uma teoria sobre a administração dos escravos, fundada sobre premissas bastante distintas das que sustentaram a teoria cristã do governo dos escravos, e também o modo pelo qual a nova teoria procurou interferir em seu contexto material imediato. O capítulo três apresentou o conteúdo dessa teoria, suas premissas, conceitos e prescrições. O capítulo quatro examinou

as propostas feitas pelos ilustrados hispano-cubanos e luso-brasileiros para a reforma do governo dos escravos nas Antilhas espanholas e na América portuguesa na passagem do século XVIII para o XIX, em geral inspiradas nas prescrições dos autores caribenhos ingleses e franceses. O capítulo cinco tratou das práticas de administração dos escravos na América do Norte, explicando por que não foram elaborados nesta região textos prescritivos sobre o assunto até o início do século XIX.

A terceira parte foi composta por três capítulos, que trataram das teorias de administração dos escravos construídas no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos entre 1820 e 1860. As teorias oitocentistas se escoraram nas mesmas convenções intelectuais que deram sustentação à teoria ilustrada da administração dos escravos, mas procuraram interferir em contextos materiais profundamente distintos, sobretudo nos marcos dos Estados nacionais do Brasil e dos Estados Unidos.

A tese discutiu uma questão mais ampla que vem sendo investigada pela historiografia nas últimas décadas: as relações entre escravidão e modernidade. Uma das linhas interpretativas dessas relações (a mesma que associou o fim do escravismo à emergência do capitalismo) opôs o liberalismo à escravidão. De acordo com essa interpretação, na passagem do século XVIII para o XIX, a escravidão negra tornou-se incompatível com a modernidade econômica e política liberal. Por meio da análise do impacto do discurso econômico surgido no mundo atlântico a partir de meados dos setecentos nas reflexões sobre a gestão escravista, procurei demonstrar que a escravidão negra das Américas, entre fins do século XVIII e meados do XIX, foi compatível com a modernidade econômica. Valendo-se das ferramentas mentais da economia política, os senhores e letrados que escreveram sobre a gestão escravista a partir da segunda metade dos setecentos propuseram uma série de mecanismos para aumentar a produtividade do trabalho escravo, com vistas ao incremento das suas unidades produtivas conectadas ao mercado mundial. Por outro lado, ao enfatizar a dimensão política do governo dos escravos, demonstrei como o princípio da soberania doméstica – isto é, o princípio de que os pontos básicos da dominação escravista caberiam exclusivamente ao livre arbítrio dos senhores – adequou-se tanto às formas políticas patriarcais do Antigo Regime como às formas liberais dos Estados nacionais oitocentistas.

Defendida em novembro de 2001, com banca composta pelos professores Antonio Penalves Rocha (orientador), Maria Helena P.T. Machado, Norberto Luiz Guarinello, John Monteiro e Robert Slenes, a tese de doutorado, intitulada *Feitores do corpo, missionários da mente. História das idéias da administração de escravos nas Américas, séc.XVII-XIX*, foi aprovada com Distinção e Louvor, sendo que a banca recomendou sua publicação. Atualmente, estou trabalhando na tese para transformá-la em livro, incorporando algumas das recomendações de seus examinadores.

2. Publicações e participações em congressos.

Os primeiros resultados da pesquisa para o mestrado foram apresentados no XVIII Simpósio Nacional de História, organizado pela Associação Nacional de História (ANPUH) em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, em julho de 1995. Expus no Simpósio a comunicação “Administração do trabalho escravo nas *plantations* brasileiras”, na qual analisei as linhas gerais de apreensão do tema pelos jesuítas radicados na América portuguesa na passagem do século XVII para o XVIII e pela chamada “geração dos ilustrados” luso-brasileiros do final dos setecentos.

Em outubro do ano seguinte, participei, na Universidade Federal Fluminense (Niterói), do II Congresso Brasileiro de História Econômica, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Nesta ocasião, apresentei um texto intitulado “A lavra do açúcar e o governo da casa: Antonil revisado”, também fruto da pesquisa de mestrado então em andamento. Como se sabe, o livro *Cultura e Opulência do Brasil* é, certamente, o documento mais examinado pelos estudiosos da economia e da sociedade escravista colonial brasileira. A parte sobre o açúcar, por exemplo, é referência obrigatória para os que estudam a escravidão nas áreas açucareiras coloniais; grande parte dos estudos sobre as idéias na América portuguesa buscou elementos analíticos no livro; há duas ótimas edições críticas, as de Alice Piffer Canabrava e André Mansuy. Entretanto, a despeito do amplo uso da obra, nenhum estudioso se preocupou em examinar detidamente as concepções de Antonil sobre a administração dos engenhos de açúcar brasileiros.

Este foi o propósito do texto. Para tanto, analisei as matrizes intelectuais de Antonil e o contexto de produção de sua obra, identificando seus propósitos básicos. O trabalho

pretendeu, sobretudo, criticar leituras algo anacrônicas da parte referente ao açúcar da obra de Antonil, como as de Alfredo Bosi e Ronaldo Vainfas, que leram no autor a preocupação em aumentar a rentabilidade dos engenhos. A idéia que defendi foi a de que, ao tratar da gestão dos engenhos de açúcar da América portuguesa, Antonil recorreu a uma tradição intelectual de longa duração, que remontava aos agrônômicos romanos e à literatura grega sobre a *oikonomia*. Nessa tradição, não havia espaço para se conceber o aumento da rentabilidade, pois as categorias analíticas necessárias para tanto – trabalho e produção – não estavam presentes na grade conceitual empregada. O texto foi publicado nos *Anais* do evento, em 1997, sendo que a interpretação que apresentei foi elogiada na reedição recente da obra de Antonil publicada por Andrée Mansuy (Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p.26).

No segundo semestre de 1997, publiquei na *Revista de História* da USP, número 137, um artigo intitulado “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847”, que se baseou em um tópico do capítulo três de minha dissertação de mestrado. Nele, examinei detidamente os dois principais manuais escravistas publicados no Brasil na primeira metade do século XIX, os de Carlos Augusto Taunay (1839) e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (1847), que inauguraram uma nova abordagem sobre a administração do trabalho escravo na literatura agrônômica brasileira. O artigo analisou as prescrições contidas nesses textos, fornecendo uma explicação para o surgimento dessa atitude inédita sobre a administração do trabalho escravo que apontou para o quadro geral do escravismo brasileiro no contexto nacional e internacional da primeira metade do século XIX.

Ainda em 1997, publiquei um outro artigo, “Inovações técnicas e atitudes intelectuais na literatura açucareira francesa e luso-brasileira da primeira metade do século XVIII”, agora na Nova Série dos *Anais do Museu Paulista* da USP (volume 5), já fruto das pesquisas para o doutorado. Vale lembrar que esse trabalho foi apresentado, em setembro do ano seguinte, no XIV Encontro Regional de História, promovido na PUC-SP pela Associação Nacional de História – Núcleo Regional de São Paulo. O ponto de partida do artigo foi o problema da estagnação técnica da agromanufatura açucareira da América portuguesa no século XVIII e as inovações técnicas adotadas neste mesmo período nas colônias caribenhas inglesas e francesas. Em geral, a historiografia recorreu às condições

geográficas de cada região e suas articulações com o mercado mundial para explicar o descompasso. Apresentei, no artigo, uma explicação alternativa, baseada nas formulações teóricas de Maurice Godelier sobre o peso relativo do mental e do material nas relações sociais e na mudança das sociedades, que se voltou para as clivagens na racionalidade econômica das diferentes classes proprietárias das Américas. Para tanto, comparei o tratado de Antonil com o de Jean Baptiste Labat, os mais significativos sobre a produção açucareira escravista nas Américas a aparecerem antes do final dos setecentos, dirigindo meu foco para as concepções de ambos sobre a inovação técnica nos engenhos. Procurei demonstrar que, enquanto Labat adotou uma atitude pró-inovação técnica, expressando uma racionalidade econômica articulada às práticas do mercantilismo colbertiano, Antonil não nutriu qualquer preocupação com a inovação técnica, expressando uma racionalidade que se preocupou basicamente com ganhos extra-econômicos, como o poder e a honra acoplados à imagem do senhor de engenho.

No ano de 1999, a editora Hucitec publicou, na Coleção Estudos Históricos e com auxílio financeiro da FAPESP, minha dissertação de mestrado. Por conta desta publicação, recebi um convite da Academia de Letras da Bahia para participar das comemorações dos 500 anos. Assim, ainda em 1999, proferi uma conferência em Salvador que seguiu de perto a problemática examinada em meu artigo publicado nos *Anais do Museu Paulista*. A conferência, intitulada “Agronomia e técnicas açucareiras: Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX”, veio a lume em 2000 em uma obra coletiva organizada pelo professor Waldir Freitas Oliveira e editada pela Conselho Estadual de Cultura da Bahia. Neste trabalho, desloquei o foco para fins do século XVIII e primeira metade do XIX, examinando comparativamente as atitudes dos senhores luso-brasileiros e hispano-cubanos frente às técnicas açucareiras. Novamente, pude constatar o descompasso entre a América portuguesa e a região caribenha no que se refere à atitude pró-inovação técnica. Concluí o artigo ressaltando a necessidade de se reexaminar a formação histórica das classes senhoriais brasileiras. A clivagem entre os senhores de escravos setecentistas na costa nordeste da América portuguesa e os do Centro-Sul do Império do Brasil parece ser um ponto importante para explicar a crise da agroexportação açucareira nordestina e o deslanche da agroexportação cafeeira sulista ao longo do século XIX.

Em setembro de 2000, participei do XV Encontro Regional de História, organizado no Departamento de História da USP pela Associação Nacional de História – Núcleo Regional de São Paulo, apresentando a comunicação “O ideal da administração de escravos nas Antilhas francesas e inglesas, 1750-1800”. Do mesmo modo, em julho do ano seguinte, expus o trabalho “Escravidão e questão nacional em Cuba, 1790-1830” no XXI Simpósio Nacional de História, realizado pela Associação Nacional de História na Universidade Federal Fluminense, em Niterói, RJ. Nessas duas ocasiões, procurei sistematizar alguns dos resultados da pesquisa de doutorado então em andamento.

Em 2001, publiquei outro livro, uma edição do *Manual do Agricultor Brasileiro*, de Carlos Augusto Taunay. Impresso duas vezes em 1839, o texto nunca mais havia sido reeditado. Redigi a introdução, a cronologia de vida e obra do autor e as notas explicativas. O livro foi publicado pela editora Companhia das Letras, na Coleção Retratos do Brasil. Trata-se de um documento que já eu havia utilizado no mestrado e analisado no artigo da *Revista de História*. O contato com a documentação correspondente ao Caribe e Sul dos Estados Unidos ao longo da pesquisa de doutorado convenceu-me a respeito da riqueza do livro de Taunay, e da necessidade de disponibilizá-lo para os pesquisadores da escravidão brasileira. Minha introdução procurou contextualizar o *Manual* nos dilemas da sociedade escravista brasileira do século XIX. Defendendo enfaticamente a escravidão negra, o livro foi concebido por seu autor como uma peça na construção da nova ordem nacional que estava sendo erigida nas décadas de 1820 e 1830. Não por acaso, o *Manual* foi apadrinhado por Bernardo Pereira de Vasconcelos – então Ministro da Justiça do Império do Brasil – no momento exato do Regresso Conservador (1837-41), movimento que moldaria a feição institucional, política, social e econômica do Segundo Reinado. O livro pretendia, na verdade, levar para dentro das fazendas e dos engenhos brasileiros a ordem que os agentes do Regresso queriam construir.

Em setembro de 2001, ao participar do Seminário Internacional *Brasil: formação do estado e da nação (c.1770-c.1850)*, redigi um artigo intitulado “Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860”, no qual tratei do problema da compatibilidade entre liberalismo e escravidão, um tema bastante visitado pela historiografia brasileira e norte-americana. O texto sintetizou alguns resultados das partes II e III da minha tese de doutorado. Seguindo a linha de interpretação do binômio que não vê

contradição entre os dois pólos, discuti a relação entre escravidão e Estado liberal, no Brasil e nos Estados Unidos, por meio da análise das concepções coevas sobre o governo dos escravos, examinando a forma pela qual os senhores apreenderam a gestão de seus cativos com base em premissas teóricas liberais. A análise recaiu sobre dois pontos: primeiro, o caráter da legislação escravista composta no Brasil e no Sul dos Estados Unidos, no período colonial e na primeira metade do século XIX; segundo, o teor das idéias sobre a gestão escravista e suas articulações com o argumento pró-escravidão e com o discurso liberais nesses dois espaços. O artigo será publicado em livro, pela editora Hucitec, no ano de 2003.

No primeiro semestre de 2002, escrevi um artigo para a coletânea editada por Manolo Florentino e João Fragoso, *Escritos sobre Escravidão*, que será publicada pela editora UFMG no segundo semestre deste ano, dentro da Coleção Humanitas. O texto, “Paternalismo e governo dos escravos nas sociedades escravistas oitocentistas: Brasil, Cuba e Estados Unidos”, reavalia o modelo de Eugene Genovese para a presença ou ausência do paternalismo nas sociedades escravistas do Novo Mundo. Ao invés de tomar o paternalismo como prática social, como fez Genovese, o texto o analisa como um constructo ideológico, indicando a relação estreita que houve, de 1820 a 1860, entre o quadro político dos Estados nacionais norte-americano e brasileiro e o ideal paternalista de governo dos escravos. Essas duas regiões tiveram por contraponto Cuba, onde, por questões políticas de natureza diversa, o ideal paternalista não se fez presente. O artigo procura demonstrar que o paternalismo desempenhou importante função ideológica dentro do esforço senhorial para incorporar o escravo às ordens nacionais oitocentistas.

Os três últimos trabalhos, ainda que desdobrados de meu doutorado, indicam meus novos interesses. Pretendo estudar nos próximos anos o pensamento pró-escravista na América portuguesa e no Império do Brasil, comparando-o com as padrões de defesa da instituição presentes nas Antilhas francesas e inglesas e no Sul dos Estados Unidos. Essa pesquisa estará articulada ao projeto temático *A fundação do Estado e da nação brasileiros (c.1808-1850)*, coordenado pelo professor István Jancsó no Departamento de História da Universidade de São Paulo. Há uma evidente continuidade entre as linhas gerais do que até agora pesquisei e o que pretendo fazer doravante, isto é, o estudo do escravismo brasileiro, dentro do campo da história intelectual, na longa duração e em perspectiva comparativa.

A primeira etapa desta próxima pesquisa será a preparação de uma edição crítica do livro de Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos escravos*, publicado originalmente em Roma em 1705. Há duas edições modernas do livro: uma, organizada por Serafim Leite e publicada no Porto em 1954, a outra editada no Brasil, em 1977, por Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei Mendes. Nenhuma das duas chega a ser uma edição crítica. Trata-se de uma lacuna importante a ser preenchida, pois, além de ser esta uma das obras mais consultadas pelos pesquisadores do escravismo brasileiro, Benci foi um dos mais sistemáticos defensores da escravidão negra na América portuguesa. As articulações atlânticas de seu pensamento pró-escravista ainda não foram devidamente analisadas.

3. Atividades didáticas e de extensão.

Ainda no terceiro ano de graduação, em 1992, iniciei minha prática didática ao lecionar para a 5ª série do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Estadual de Ensino, “E.E.P.G. Professor Pedro Fonseca”, na Capital. De 1994 a 1997, trabalhei como professor do Ensino Médio, no Colégio Giordano Bruno (São Paulo-Capital). O trabalho no Ensino Fundamental e Médio foi de enorme valia, pois, além de contribuir para minha formação como professor e também como pesquisador, permitiu o desenvolvimento de várias experiências didáticas. Uma em especial – o uso de fontes visuais para o ensino de História – foi particularmente proveitosa: baseando-me nela, ministrei em 1998 um curso de formação de professores no Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO), além de proferir duas palestras em faculdades particulares da Grande São Paulo em 2000.

Em setembro de 2001, ao terminar a bolsa de doutorado, fui contratado pela Fundação de Apoio à Faculdade de Educação, FAFE-USP, para trabalhar como orientador acadêmico no programa *PEC – Formação Universitária*, no qual sou responsável pela orientação de uma turma com quarenta professoras da Rede Estadual de Ensino, em Jundiaí, São Paulo. Trata-se de um programa voltado à formação de professores. O contrato de trabalho é por prazo determinado, e se encerrará em dezembro próximo. Ainda no campo da formação de professores, desde fevereiro de 2002 presto consultoria pedagógica em História para o Ensino Fundamental I do Colégio Santa Cruz, na Capital.

Iniciei minha experiência como professor universitário após o término de meu doutorado. Em fevereiro deste ano, fui contratado pela UNIFIEO (Fundação Instituto de

Ensino para Osasco) para trabalhar no Departamento de História, lecionando as disciplinas “História da América Colonial” e “História Empresarial”. No Departamento de Geografia dessa mesma instituição, leciono a disciplina “História Econômica e Geral do Brasil”. Os programas seguem em anexo.

Por fim, no segundo semestre de 2002, irei ministrar a disciplina “América II: História da América Colonial Espanhola”, no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), como professor substituto. O programa da disciplina também consta dos anexos.

Minha prática docente universitária permite o trabalho em sala de aula com o meu tema de pesquisa, pois sou professor tanto de História do Brasil Colonial (esta é a ênfase que dou à disciplina de História Econômica para o curso de Geografia) como de História da América Colonial. Contudo, essa prática aponta para um limite comum a todos os que lecionam em instituições privadas de ensino superior: dado o regime horista de trabalho, há pouco tempo disponível para pesquisar, o que é bastante insatisfatório, haja vista a pesquisa ser parte indispensável da atividade docente.

Documentos e anexos.

1. Formação

1.1. Graduação.

1994 Bacharelado em História, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 15 de abril.

(doc.1.1.1)

1995 Licenciatura em História, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em 22 de maio.

(doc.1.1.2)

1.2. Pós-Graduação.

1997 Mestrado em Ciências, na área de História Econômica, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univesidade de São Paulo, em 6 de maio.

(doc.1.2.1)

2001 Doutorado em Ciências, na área de História Econômica, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Univesidade de São Paulo, em 4 de dezembro.

(doc.1.2.2)

1.3. Pareceres FAPESP.

- 1993 Parecer de relatório de Iniciação Científica (nº1), processo 92/3735-3, 11 de agosto.
(doc.1.3.1)
- 1994 Parecer de relatório de Iniciação Científica (nº2), processo 92/3735-3, 4 de abril.
(doc.1.3.2)
- 1995 Parecer de relatório de Mestrado (nº1), processo 94/01516-8, 17 de maio.
(doc.1.3.3)
- 1995 Parecer de relatório de Mestrado (nº2), processo 94/01516-8, 30 de agosto.
(doc.1.3.4)
- 1996 Parecer de relatório de Mestrado (nº3), processo 94/01516-8, 21 de março.
(doc.1.3.5)
- 1996 Parecer de relatório de Mestrado (nº4), processo 94/01516-8, 20 de setembro.
(doc.1.3.6)
- 1997 Parecer de relatório de Mestrado (Dissertação), processo 94/01516-8, 25 de março.
(doc.1.3.7)
- 1998 Parecer de relatório de Doutorado (nº1), processo 97/02049-2, 15 de abril.
(doc.1.3.8)
- 1998 Parecer de relatório de Doutorado (nº2), processo 97/02049-2, 15 de setembro.
(doc.1.3.9)
- 1999 Parecer de relatório de Doutorado (nº3), processo 97/02049-2, 08 de setembro.
(doc.1.3.10)
- 2000 Parecer de relatório de Doutorado (nº4), processo 97/02049-2, 4 de setembro.
(doc.1.3.11)
- 2001 Parecer de relatório de Doutorado (nº5), processo 97/02049-2, 6 de março.
(doc.1.3.12)
- 2001 Parecer de relatório de Doutorado (nº6), processo 97/02049-2, 8 de outubro.
(doc.1.3.13)
- 2001 Parecer de relatório de Doutorado (Tese), processo 97/02049-2, 27 de dezembro.
(doc.1.3.14)

2. Publicações e participações em congressos.

2.1. Publicações.

1997 Artigo: “A lavra do açúcar e o governo da casa: Antonil revisado”. In: *Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica - 3a. Conferência Internacional de História de Empresas*. Niterói: UFF – ABPHE, volume III, pp.285-299.

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

1997 Artigo: “A administração do trabalho escravo nos manuais de fazendeiro do Brasil Império, 1830-1847.” In: *Revista de História*. Departamento de História da Universidade de São Paulo. Número 137, 2º semestre, pp.95-111.

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

1997 Artigo: “Inovações técnicas e atitudes intelectuais na literatura açucareira francesa e luso-brasileira da primeira metade do século XVIII.” In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. Universidade de São Paulo. Nova Série. Volume 5, pp.131-161.

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

1999 Livro: *Administração e Escravidão: idéias sobre a gestão da agricultura escravista brasileira*. São Paulo, Hucitec-Fapesp, 259pp. (Coleção Estudos Históricos, 37).

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

2000 Artigo: “Agronomia e técnicas açucareiras: Brasil e Cuba na primeira metade do século XIX.” In: Waldir Freitas Oliveira (org.), *Brasil 500 anos. Encontros na Bahia*. Salvador, Conselho Estadual de Cultura, pp.71-94.

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

- 2001 Livro: Carlos Augusto Taunay. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Organizador da Edição: introdução, cronologia e notas. São Paulo, Companhia das Letras, 321pp. (Coleção Retratos do Brasil, 21).

(Há um exemplar na caixa de documentos.)

- 2002 Artigo: “Paternalismo e governo dos escravos nas sociedades escravistas oitocentistas: Brasil, Cuba e Estados Unidos.” In: Manolo Florentino e João Fragoso (org.), *Escritos sobre a Escravidão*. Belo Horizonte, Editora UFMG (Coleção Humanitas), no prelo.

(doc.2.1.1)

- 2003 Artigo: “Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1860”. In: István Jancsó (org.), *Brasil: formação do Estado e da nação (c.1770-c.1850)*. São Paulo, Hucitec, no prelo.

(doc.2.1.2)

2.2. Participações em congressos.

- 1995 Comunicação “Administração do trabalho escravo nas *plantations* brasileiras”, apresentada ao XVIII Simpósio Nacional de História, ANPUH, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, em 26 de julho.

(doc.2.2.1)

- 1996 Comunicação “A lavra do açúcar e o governo da casa: Antonil revisado”, apresentada ao II Congresso Brasileiro de História Econômica, da Associação Brasileira dos Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), realizado na Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, em 14 de outubro.

(doc.2.2.2)

- 1998 Comunicação “Inovações técnicas e atitudes intelectuais da literatura açucareira antilhana e luso-brasileira do século XVIII”, apresentada ao XIV Encontro Regional de História – ANPUH Núcleo Regional São Paulo, realizado na PUC/SP, em 8 de setembro.
- (doc.2.2.3)
- 2000 Comunicação “O ideal da administração de escravos nas Antilhas inglesas e francesas, 1750-1800”, apresentada ao XV Encontro Regional de História – ANPUH Núcleo Regional São Paulo, realizado no Departamento de História da Universidade de São Paulo, em 7 de setembro.
- (doc.2.2.4)
- 2001 Comunicação “Escravidão e questão nacional em Cuba, 1790-1830”, apresentada ao XXI Simpósio Nacional de História, ANPUH, realizado na Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, em 25 de julho.
- (doc.2.2.5)
- 2001 Comunicação “Governo dos escravos e ordem nacional: Brasil e Estados Unidos, 1820-1850”, apresentada no Seminário Internacional *Brasil: Formação do Estado e da nação (c.1770-c.1850)*, realizado no Anfiteatro de História da FFLCH/USP, em 7 de setembro.
- (doc.2.2.6)

3. Atividades didáticas e de extensão.

3.1. Atividades didáticas.

1992 Professor P-II da Rede Estadual de Ensino, “E.E.P.G.Professor Pedro Fonseca”, São Paulo – Capital.

(Doc.3.1.1.
Portaria de admissão e dispensa)

1997 Professor de História, Ensino Médio, Colégio Giordano Bruno, São Paulo – Capital, de 1º de fevereiro de 1994 a 1º de dezembro de 1997.

(Doc.3.1.2.
Comunicação de Dispensa.
Ministério do Trabalho)

2002 Professor Doutor IV, Fundação Instituto de Ensino para Osasco (UNIFIEO), desde 4 de fevereiro.

(Doc.3.1.3,
com os programas
das disciplinas ministradas)

2002 Professor Doutor da Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo – Capital, desde 29 de julho.

(Doc.3.1.4,
com o programa
da disciplina ministrada)

3.2. Atividades de extensão.

3.2.1. Cursos e palestras.

- 1998 Curso “Leitura de Imagens no Ensino de História”, vinte horas, de 6 de maio a 24 de junho, São Paulo – Capital, SINPRO – Sindicato dos Professores de São Paulo.
(doc.3.2.1.1)
- 2000 Palestra “Análise Iconográfica: Leitura de Imagens no Ensino de História”, III Semana de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bernardo do Campo, São Paulo, 30 de agosto.
(doc.3.2.1.2)
- 2000 Palestra “O trabalho com material iconográfico na experiência em Sala de Aula”, UniSant’Anna, São Paulo – Capital, 18 de outubro.
(doc.3.2.1.3)

3.2.2. Formação de professores.

- 2001 Orientador do programa *PEC – Formação Universitária*, da Secretaria Estadual de Educação. Contrato de trabalho de prazo determinado com a Fundação de Apoio à Faculdade de Educação, FAFE-USP, de 01 de setembro de 2001 a 31 de dezembro de 2002.
(doc.3.2.2.1)
- 2002 Consultor de História para o Ensino Fundamental I, Colégio Santa Cruz, São Paulo, desde fevereiro de 2002.
(doc.3.2.2.2)